

**HABEAS CORPUS Nº 556.482 - RJ (2020/0002365-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : LUIZ GUSTAVO BATTAGLIN MACIEL E OUTROS  
**ADVOGADOS** : LUIZ GUSTAVO BATTAGLIN MACIEL - MS008195  
SÉRGIO HENRIQUE RESENDE LANZONE - MS015660  
DIOGO MONETTO MENDES - RJ197153  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : FLÁVIO MELLO DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta dos autos condenação pela prática do crime tipificado no art. 35 c/c 40, IV e VI, da Lei 11.343/2006, às penas de 10 anos, 9 meses e 24 dias de reclusão, em regime fechado, e 1600 dias-multa.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, com a alegação de excesso de prazo para o julgamento da apelação criminal, tendo sido o recurso interposto há 22 meses e prisão que perdura há 6 anos.

Sustenta, ainda, a desproporcionalidade da custódia e a falta de contemporaneidade.

Nesse sentido, requer, liminarmente e no mérito, a concessão do *habeas corpus* para deferir o direito de recorrer em liberdade.

Indeferida a liminar e prestadas informações, o *Parquet* oficiou pelo não conhecimento ou denegação da ordem, com recomendação ao TJRJ de celeridade no julgamento do feito.

Na origem, a apelação n. 0014635-43.2013.8.19.0028 está em fase de intimação para apresentação de razões e contrarrazões por todas as partes, conforme informações processuais eletrônicas, consultadas em 18/3/2020.

É o relatório.

**DECIDO.**

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal.

Sabe-se que o prazo para a conclusão de julgamento de apelação não têm as características de fatalidade e de improrrogabilidade, sendo imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

As informações prestadas dão conta que (fls. 2850-2851):

O Ministério Público ofertou denúncia em face do paciente, dentre outros 49 (quarenta e nove) acusados, imputando-lhe a prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 c/c artigo 40, incisos III, IV e VI, todos da Lei 11.343/06, c/c artigo 62, inciso I, do Código Penal (CP), artigo 288, parágrafo único, do CP, c/c artigo 8º, da Lei 8.072/90, c/c artigo 62, inciso I, do CP e artigos 14, 16 e 17 c/c artigo 19, da Lei 10.826/03, na forma do artigo 69, do CP.

No dia **10/1/14**, o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Macaé decretou a **prisão preventiva** do paciente.

Em **18/1/16**, **fora proferida sentença penal condenatória** (composta por 2.153 páginas) condenando o ora paciente pela prática do crime tipificado no art. 35 c/c 40, IV e VI, da Lei 11.343/2006, às **penas de 10 (dez) anos, 9 (nove) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão**, em regime fechado, e 1600 (mil e seiscentos) dias-multa.

**A sentença fora publicada em 4/2/16. A defesa técnica opôs Embargos de Declaração, mas, em 4/4/16, o juízo singular rejeitou os Embargos. A decisão foi publicada em 9/8/16.**

O paciente e vários outros sentenciados apelaram.

No dia 26/6/17 foi proferida decisão na qual constava a informação no sentido de que o recurso do paciente estava pronto para ser remetido à segunda instância, contudo, mostrava-se inviável o desmembramento. [...]

Os autos foram encaminhados ao Tribunal de Justiça, mas ainda não está apto para julgamento, já tendo sido proferidas várias decisões com tal intuito, tendo em vista pendências no que tange a apresentação de razões e contrarrazões.

O ora paciente requereu o desmembramento do seu apelo, mas o pedido ainda não foi apreciado.

Do excerto e dos autos, tem-se que a prisão preventiva do paciente foi decretada em 10/1/2014. A sentença condenatória, que fixou pena de 10 anos, 7 meses e 12 dias de reclusão, foi proferida em 18/1/2016 e publicada em 4/2/2016. Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados em 4/4/2016 e publicados em 9/8/2016. A defesa, a princípio, optara por apresentar suas razões de apelação na segunda instância; contudo, alegando excessiva delonga no andamento processual, apresentou as razões ao juízo primevo em 5/3/2018.

Na Corte estadual, os autos foram recebidos em 30/5/2018. Houve desmembramento do feito, com relação a outros correus, em 26/6/2018, e remessa ao *Parquet* para contrarrazoar em 10/10/2018. Em 10/12/2018, o órgão ministerial requereu a conversão da remessa em diligência, pedido acolhido em 19/2/2019, e em 27/2/2019, solicitou vista dos autos. Apresentou suas contrarrazões em 16/5/2019, e a defesa o fez em 2/6/2019. Em 24/9/2019, a defesa solicitou o desmembramento do feito em relação ao paciente, pedido que ainda não foi apreciado.

Com efeito, apesar de se tratar de feito complexo, com 49 corrêus, o

# *Superior Tribunal de Justiça*

paciente está custodiado preventivamente desde janeiro de 2014, em processo cuja sentença não definitiva data de 2016, inexistindo, até o momento, previsão de julgamento em segunda instância.

Esse tempo, levando em consideração a pena em concreto aplicada, qual seja, 10 anos, 7 meses e 12 dias de reclusão, permite a conclusão de desarrazoada duração da segregação que chega a mais de 50% da pena (6 anos e 2 meses), o que demonstra ilegalidade.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente FLÁVIO MELLO DOS SANTOS o que não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator